



Sobe para 23 total de cidades em situação de emergência no Amazonas

Greve desrespeita decisão da Justiça e penaliza o cidadão, diz governador

Página 2

Produção industrial cresce 0,4% de julho para agosto

Página 3

Justiça aumenta multa contra greve dos metroviários e ferroviários

A Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) decidiu na tarde da terça-feira (3), aumentar a multa por descumprimento da liminar que obrigava os metroviários e ferroviários, em greve unificada, a colocar em funcionamento 100% das composições nos horários de pico na capital paulista.

“A pretensão de majoração de multa diária tem como escopo evitar que os transtornos ocorridos no período da manhã não se repitam no próximo horário de pico à tarde”, disse na decisão, a juíza Raquel Gabbai de Oliveira.

Em decisão na última sexta-feira (29), o TRT determinou que fosse assegurada a circulação de 100% da frota de trens das 6h às 9h e das 16h às 19h e de 80% nos demais períodos, sob pena de multa de R\$ 500 mil a serem pagos conjuntamente pelos três sindicatos de trabalhadores. Com a decisão de terça-feira, a multa passa a ser R\$ 500 mil para cada sindicato.

De acordo com o Metrô, às 15h, estavam paralisadas as linhas 1, 2, 3 e 15. As linhas 4 e 5, operadas pela iniciativa privada, funcionavam normalmente. Na CPTM, as linhas 10, 12 e 13 estavam paradas, e a 7 e a 11 tinham operação parcial. A Linha 8, operada pela iniciativa privada, funcionava normalmente, e a 9, também operada pela iniciativa privada, apresentava problemas após uma falha elétrica que paralisou o trânsito de composições entre 8 estações.

Trabalhadores do Metrô, da CPTM e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) fazem desde o primeiro minuto da terça-feira (3) uma greve de 24 horas contra a privatização das companhias. (Agencia Brasil)

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,15
Venda:	5,15
Turismo	
Compra:	5,26
Venda:	5,34
EURO	
Compra:	5,39
Venda:	5,39

Fazenda lança programa para prevenir fraudes e corrupção de servidores



Página 3

Senado adia votação da proposta de minirreforma eleitoral

Página 4

Comissão aprova projeto que proíbe contribuição sindical obrigatória

Página 6

Funcionários protestam contra proibição de celulares em Guarulhos

Página 2

Esporte

Brasil confirma sete vagas em finais na Ginástica Artística Feminina

A Seleção Brasileira de Ginástica Artística Feminina vem cumprindo uma participação histórica no Mundial da Antuérpia. Pela primeira vez, uma equipe brasileira confirma sete vagas em finais de um mesmo Mundial. O Brasil terminou em quarto lugar na fase qualificatória da competição por equipes. Rebeca Andrade, Flávia Saraiva, Jade Barbosa, Lorrane Oliveira e Júlia Soares somaram 164.297 pontos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e China.

O Brasil obteve duas vagas

na final do individual geral. Rebeca se classificou na quarta posição (56.599), e Flávia Saraiva conseguiu a sexta vaga (54.699). É a primeira vez na história em que o País alcança duas vagas no individual geral no primeiro grupo.

No salto, a campeã olímpica Rebeca avançou na segunda posição, com a média 14.633. Na trave de equilíbrio, a ginasta de Guarulhos conseguiu a oitava vaga (13.800). Por fim, no solo, Rebeca, na estreia de sua nova série, registrou a terceira melhor nota (14.033), e ficou uma posição à frente de Flavinha



Rebeca Andrade

(13.833).

Para Francisco Porath Neto,

o Coordenador de Ginástica Artística Feminina da CBG, o ex-

Osasco São Cristóvão Saúde bate o Pinheiros e está a uma vitória do 17º título Paulista

Osasco São Cristóvão Saúde está a uma vitória do 17º título estadual de sua história. Após derrotar o Pinheiros por 3 sets a 0 (parciais de 26/24, 25/17, 25/18, em 1h33min) na noite de segunda-feira (2), no ginásio Henrique Villaboim, em São Paulo, o time do técnico Luizomar abriu 1 a 0 no placar do playoff decisivo do Campeonato Paulista 2023. Para ser campeão, precisa voltar a bater o adversário nesta próxima quinta-feira (5), às 20h30, no José Liberatti, onde contará com o apoio de sua fanática torcida.

Se conseguir bater o Pinheiros no segundo jogo das finais, Osasco será campeão paulista invicto. Como o playoff decisivo do Campeonato Paulista é disputado em duas rodadas, em caso de em-

pate, o título de 2023 será decidido no Golden Set, parcial única de 25 pontos disputada logo após o término da partida no ginásio osasquense.

A central Fabiana analisou a partida. “Pelo fato de ser o primeiro jogo da final, a gente sempre se cobra. Não tem como não se cobrar e acabamos cometendo muitos erros, especialmente de saque, o que não pode ocorrer. E sabemos disso, especialmente com um adversário aguerrido como o Pinheiros. Mas estou feliz pela vitória e agora é pensar na quinta-feira. Certamente teremos casa cheia e vamos com tudo para conquistar o título e fazer a festa com a torcida”, comentou a bicampeã olímpica.

Para o técnico Luizomar, o comprometimento do time fez a diferença, especialmente para ser resiliente e superar erros.

“Sabíamos de toda a dificuldade que teríamos, especialmente depois de ver a forma como Pinheiros virou a semifinal. Cometeamos muitos erros nos dois primeiros sets e a partir do momento que corrigimos o saque, conseguimos uma pressão importante no saque, bloqueio e defesa. Mas a verdade é que hoje ninguém ganhou nada e ninguém perdeu nada. É muito bom levar a vantagem para o Liberatti, onde teremos uma atmosfera especial para lutar com toda a garra por esse título”, disse o treinador.

A levantadora Giovana seguiu as palavras do técnico e enalteceu o grupo. “Somos um time e estamos treinando muito forte. É importante ter todas as atletas em condição de entrar em quadra e, de quem vier do banco, entrar e ajudar a mudar o aspecto do jogo, trazer uma energia

nova. E estou muito feliz por isso. Agora é estudar e treinar muito. Não começamos bem aqui no Pinheiros e precisamos ter mais tranquilidade para, na quinta, neutralizar as peças do outro lado para conquistar mais uma vitória”, completou.

O jogo – O primeiro set foi equilibrado do início ao fim. Apesar dos seis erros de saque, as defesas, especialmente de Camila Brait e Maira, aliados a potência ofensiva de Tiffany e Lorene – com seis e nove pontos na parcial, respectivamente – fizeram a diferença nos momentos decisivos. A oposta marcou os dois últimos pontos para garantir a vitória osasquense por 26/24.

Osasco perdia o segundo set por 2/6 quando Giovana entrou em quadra. Assim como na segunda rodada da semifinal, contra Barueri, a levantadora mudou

o ritmo da partida. Acelerando o jogo e acionando mais as centrais, ela comandou a virada, que veio em um ace de Callie. Fabiana montou o paredão no 15/13 e 18/13, voltando a marcar no set point (24/16), desta vez no ataque. A vitória, por 25/17, veio após um erro de saque do Pinheiros.

Camila Brait e Maira seguiram dominando o fundo de quadra. Tanto no passe como nas defesas, a dupla garantiu volume de jogo e possibilidade de contra-ataque para Osasco. Giovana, em uma bola de segunda, abriu três pontos: 9/6. Tiffany atacou uma bola na linha, validada somente no desafio, no 17/12. Callie, na bola xeque, fez 19/13. Maira explorou o bloqueio no 23/15 e desceu o braço no 24/16. A vitória por 25/18 veio com um bloqueio de Fabiana pelo meio.

Greve desrespeita decisão da Justiça e penaliza o cidadão, diz governador

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, afirmou na manhã da terça-feira (3) que a greve do Metrô e CPTM desrespeita a decisão da Justiça de manter 100% das linhas funcionando nos horários de pico (das 6h às 9h), e 80% nos demais horários.

“A Justiça foi ignorada. Eles não estão respeitando o poder Judiciário e não estão respeitando o cidadão. É uma pena, a gente vê o cidadão de joelhos, o cidadão sofrendo, o cidadão tendo a privação do transporte para uma pauta que sinceramente não é motivo para paralisação”, disse em coletiva de imprensa no Palácio dos Bandeirantes.

Para o governador, trata-se de uma greve ilegal, abusiva,

política e com interesse corporativo, que prejudica o cidadão que precisa do transporte público. Tarcísio de Freitas ressaltou que as únicas linhas que estão operando normalmente são as concedidas à iniciativa privada: linha 4-Amarela e 5-Lilás do Metrô e 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM.

“Justamente as linhas concedidas são as que estão funcionando. E o cidadão está sendo privado do transporte coletivo naquelas linhas que são operadas pela empresa pública”, afirmou, salientando que estão sendo feitos estudos para as concessões e que todos os ritos necessários estão sendo seguidos para verificar a viabilidade financeira da medida.

Tarcísio afirmou ainda que a lei estabelece que processos de concessão, desestatização ou privatização têm que ser precedidos de audiências públicas e consultas à população.

“Existe o momento e o foro adequados para se manifestar no processo, para dar contribuições ou mostrar discordâncias. Mas a discordância não pode ser

motivo de paralisação, de privação do cidadão, que está sendo privado de um serviço essencial, do seu direito de ir e vir. E por causa de uma pauta corporativa”, ressaltou.

O governador disse que os estudos continuarão sendo feitos para que o melhor serviço seja prestado ao cidadão.

“Nós vamos continuar estudando esses processos para

prestar o melhor serviço para o cidadão. Temos a convicção que a gente vai prestar o melhor serviço possível. Não é esse tipo de movimento egoísta, abusivo, ilegal que vai nos afastar do objetivo”.

Medidas para atenuar os transtornos

O governador citou que várias medidas foram toma-

das para atenuar os impactos aos cidadãos nesta terça-feira (3). Entre elas, estão a decretação do ponto facultativo e a mudança das rotas dos ônibus. A prefeitura da capital colocou mais de 12 mil ônibus em circulação, 200 a mais em relação aos demais dias. A operação das linhas 7 e 11 da CPTM funciona de forma parcial.

Funcionários protestam contra proibição de celulares em Guarulhos

Funcionários terceirizados do Aeroporto Internacional de Guarulhos protestaram, na terça-feira (3), contra a proibição de uso de celulares nos setores de carga e descarga dos terminais e pediram a revisão da norma.

A proibição do uso de celulares nas áreas de carga e descarga ocorreu depois de duas brasileiras terem sido presas, erroneamente, na Alemanha, erroneamente, porque tiveram as malas originais trocadas por outras com drogas. Investigações comprovaram que as malas das brasileiras foram trocadas quando embarcavam em Guarulhos, por funcionários do aeroporto.

Em nota, a GRU Airport, concessionária que administra o aeroporto, informou que, por causa da paralisação dos trabalhadores terceirizados e também por causa da greve que afeta o transporte público na capital paulista – deflagrada por funcionários do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) contra a proposta de privatização do governo estadual – acionou uma operação

de contingência. A GRU Airport ainda pede que os passageiros procurem as companhias aéreas antes de embarcar para obter mais informações sobre o status dos voos.

Também por meio de nota, a Latam informou que os voos de hoje com Guarulhos como origem ou destino podem sofrer atrasos ou cancelamentos por causa da manifestação dos funcionários terceirizados. Por isso, a empresa orienta os clientes a consultar com antecedência o status do seu voo no site. A Latam também informou que os passageiros que tiveram voos em Guarulhos afetados pela greve podem remarcar a viagem sem pagar multa e diferença tarifária, ou solicitar reembolso integral.

A medida vale ainda para passageiros com origem ou destino para Guarulhos e que não tenham sido afetados pela greve. “A mudança poderá ser feita para outros voos com a mesma origem e destino, desde que o primeiro trecho esteja programado para os próximos 15 dias”, in-

formou a empresa.

A companhia aérea Azul informou que, devido à greve no aeroporto, houve atraso em um voo (AD 2959) que sairia de Guarulhos com destino ao Recife. Segundo a companhia, que lamentou eventuais transtornos aos passageiros, os clientes estarão recebendo toda a assistência necessária.

A Gol informou que suas operações no aeroporto de Guarulhos sofreram impactos nesta terça-feira. De acordo com a empresa, até por volta das 14h de hoje, houve três cancelamentos e atrasos em 34 voos que partiram de Guarulhos.

Já a Receita Federal confirmou que disciplinou o acesso de telefones celulares e equipamentos com captação de imagens no terminal de cargas aéreas, nas áreas controladas, nas áreas restritas de segurança dos terminais de passageiros e nos pátios do aeroporto.

Segundo o Receita, a norma foi discutida e aprovada pela comunidade aeroportuária e é necessária porque “o crime or-

ganizado utiliza celulares pessoais para cometimento de crimes, em especial quando faz registros de operações sensíveis do ponto de vista de seu impacto econômico, dos procedimentos de segurança adotados e das cautelas envolvidas na guarda e movimentação de valores que circulam pelo complexo aeroportuário”.

“A proibição de uso de celulares particulares abrange apenas as áreas restritas mais sensíveis (armazéns, pátio e pista). Nessas áreas, é autorizado o uso de celulares institucionais, que não permitem a tomada e divulgação de imagens, protegendo assim a privacidade dos envolvidos e a segurança de toda a comunidade. Assim, a ação de restringir é, na verdade, uma medida de proteção à comunidade e de prevenção ao cometimento de ilícitos que ameaçam a todos. A comunicação entre funcionários e público externo não está proibida, continuando a ser realizada por telefonia fixa (ramais telefônicos)”, informou. (Agência Brasil)

Metroviários dizem que privatizar serviços pode encarecer tarifas

Os funcionários da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) realizaram na segunda-feira, (2) greve unificada para reivindicar melhores condições de trabalho e contestar a privatização dos serviços. Eles denunciaram que transferir o controle do poder público para a iniciativa privada deve encarecer tarifas e piorar a qualidade dos serviços.

Na estação Barra Funda, onde é possível embarcar em linhas de trem, ônibus e metrô, lideranças de movimentos que apoiam a greve se organizaram para traduzir à população da capital paulista o que significa a privatização e informar os motivos da greve. Somente pelo metrô da Barra Funda transitam, em média, cerca de 60 mil passageiros por hora, em momentos de pico.

“Não existe greve ilegal. Não é só por direitos, é por melhoria de serviços. Rico não trabalha, pobre trabalha. A pobreza enriquece o país e não tem o di-

reito de circular no país”, discursou uma liderança popular ao microfone, em meio a alguns protestos de transeuntes que demonstraram irritação e incompreensão quanto à greve.

Raquel Brito, que integra o diretório da Unidade Popular na capital, afirmou à Agência Brasil que a mobilização no local e em outros endereços, junto à população, tem por objetivo esclarecer que todos perdem com a privatização e que todos estão do mesmo lado da história. “As empresas públicas são patrimônio. Privatizar é muito ruim, inclusive para os usuários. A empresa privada tem como meta o lucro e isso faz com que o serviço piore e a tarifa aumente. A greve é um instrumento histórico de luta e tudo que se conseguiu de direitos foi por meio dela”, argumentou.

A operadora de máquinas fixas Genilda Matos, empregada em uma fábrica de produção e manutenção de equipamentos cirúrgicos, sabia que haveria paralisação do transporte nesta terça-feira e que parte das linhas estaria funcionando normalmen-

te, mas não que a linha que pega todos os dias estaria indisponível. Ela mora zona norte e trabalha em Vila Prudente, utilizando sempre três linhas de ônibus e uma de trem para se deslocar de casa ao trabalho. “Não tenho como trabalhar de casa e também não sei chegar de ônibus ao trabalho. Mas meu patrão entende a situação”, explicou.

Questionada sobre sua posição quanto à privatização, Genilda demonstra surpresa. “O que é privatização? Sobre isso, não sei nem o que responder.” Quando a reportagem explica o possível efeito da desestatização, ela faz sua avaliação rapidamente: “É isso não é bom mesmo.”

A técnica em farmácia Denise da Silva faz o percurso de casa, no município de Barueri, até o trabalho, no bairro da Penha, na capital, através da linha vermelha do metrô, hoje paralísada, levando duas horas para completar o trajeto. “Sei que os trabalhadores precisam ter melhores salários e melhor serviço, mas a greve prejudica a gente também. Acho que, se houvessem outras alternativas para se

fazer isso [a reivindicação], seria bom”, disse ela, que acrescenta que conhece pessoas que dependem das linhas de transporte já privatizadas, como a 8 e a 9 do trem, e relatam ter problemas diários como a lentidão. Além disso, ela reconhece que há chances de a privatização aumentar a tarifa dos serviços.

A técnica de enfermagem Eni Duarte reside em Itapevi e vai também, todos os dias, até a Penha, de transporte público. O tempo médio que gasta fazendo o trajeto é de uma hora, entre uma linha de trem e outra de metrô. Ela se diz a favor da greve e contra privatização.

“Porque você privatizando, a tarifa acaba aumentando. Por exemplo, a energia elétrica. Com a privatização, acaba saindo do nosso controle. Não dos empresários, mas da gente, sim”, observou.

“A greve é uma forma de luta, e a população não entende. As pessoas não procuram saber a causa da greve. Claro que, quando subir a tarifa, vão procurar saber. Aí, já é tarde. O brasileiro não procura se mobilizar coletivamente”, finalizou. (Agência Brasil)

24ª edição do Congresso de Tecnologia da Fatec São Paulo vai até sábado

Começou na segunda-feira (2) a 24ª edição do Congresso de Tecnologia da Faculdade de Tecnologia do Estado (Fatec) São Paulo, localizada no bairro do Bom Retiro, na capital. Gratuito e aberto ao público, o evento reúne estudantes, professores, pesquisadores, empresários e profissionais de diversas áreas.

A programação se estende até sábado (7), com 200 atividades, incluindo apresentações culturais, palestras, oficinas, minicursos, workshops,

mesas redondas, visitas monitoradas a museus e roteiro gastronômico, dentre outras atrações. Para participar, é necessário se inscrever pelo site do evento.

Durante o Congresso, serão realizados dois outros eventos de destaque. Nos dias 4 e 5, o 25º Simpósio de Iniciação Científica e Tecnológica da Fatec São Paulo (SICT) promove apresentação, discussão e divulgação de trabalhos de pesquisa, além de incentivar e motivar o interesse em diversas áreas tec-

nológicas.

Já a 3ª edição do Encontro de Sustentabilidade, no dia 6, trata de temas relacionados ao meio ambiente. Neste ano em especial abordará a gestão de resíduos e o monitoramento de ambientes via satélite.

“Esperamos a participação de mais de cinco mil pessoas. Reunimos grandes nomes de diversas áreas, promovendo espaços para debates, apresentações de tendências da tecnologia, lançamentos de renomados autores, espaços

para aprendizagem e troca de experiências”, informa o professor da Fatec e presidente do Congresso, Antonio Celso Duarte. “É uma grande oportunidade para estudantes praticarem networking e se atualizar sobre a realidade do mercado de trabalho.”

O 24º Congresso de Tecnologia da Fatec São Paulo tem o apoio da Comgás, Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL-SP), Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT), Iscar, Iseasy e Territorium.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

O maior e mais importante parlamento municipal do Brasil não funcionou ontem (ponto facultativo por causa de ‘greve’ (metrô e CPTM). Alguém sentiu muita falta ?

PREFEITURA (São Paulo)

A maior e mais importante prefeitura (Estado SP) e do Brasil não funcionou ontem (ponto facultativo por causa da ‘greve’ - metrô e CPTM). Alguém sentiu muita falta ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)

O maior e mais importante parlamento estadual do Brasil não funcionou ontem (ponto facultativo por causa de ‘greve’ (metrô e CPTM). Alguém sentiu muita falta ?

GOVERNO (São Paulo)

O maior e mais importante dos governos estaduais do Brasil não funcionou ontem (ponto facultativo por causa de ‘greve’ (metrô e CPTM). Alguém sentiu muita falta ?

CONGRESSO (Brasil)

Você lembra quem são e em que partidos estão 3 senadores (Estado SP) ? E os 70 deputados federais pelo Estado (SP) ? Lembra pelo menos em quem votou em 2022 ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Se rolasse uma luta - tipo vale tudo, aonde pelo menos há regras que não mudam - entre Bolsonaro versus Lula, quais dos deuses e deusas (Supremo) seria juiz ou juíza ?

PARTIDOS (Brasil)

Com ou sem ‘reformas’ (partidárias e/ou eleitorais), precisa perguntar se seguirão os(as) proprietários(as) e sócios preferenciais das Pessoas Jurídicas de Direito Privado ?

JUSTIÇAS (Brasil)

Sendo ou não mulher e preta, a próxima indicação do Lulismo (3) - que diz não aceitar tais critérios pra compor o Supremo - como pensam os 10 deuses do ‘olimpó’ brasileiro ?

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - **cesarneto.com** - na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP), por ter se tornado “referência das liberdades possíveis”

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Segunda fase do Desenrola exige cadastro no Portal Gov.br

Os cerca de 32,5 milhões de consumidores a serem abrangidos pela segunda fase do Desenrola, programa especial de renegociação de dívidas, precisam estar atentos. Para saber se teve o débito contemplado na fase de renegociação, o devedor precisará ter uma conta nível ouro ou prata no Portal Gov.br. O acesso será liberado nesta semana ou no início da próxima.

Somente com o login do portal de serviços do governo federal, o consumidor poderá ter acesso à plataforma desenvolvida para essa etapa da renegociação. Entre 25 e 27 de setembro, ocorreram os leilões de descontos, que contemplou as empresas que ofereceram os maiores abatimentos com R\$ 8 bilhões de ajuda do Fundo Garantidor de Operações (FGO), mantido pelo Tesouro Nacional.

Segundo balanço apresentado pelo Ministério da Fazenda na última sexta-feira (29), as empresas ofereceram R\$ 126

bilhões em descontos, com o abatimento médio das dívidas ficando em 83%. O desconto ficou acima das expectativas do governo, que esperava um abatimento médio de 58%.

Foram ofertados descontos de R\$ 59 bilhões para dívidas até R\$ 5 mil e R\$ 68 bilhões para dívidas entre R\$ 5 mil e R\$ 20 mil. O lote que ofereceu o maior valor de desconto médio (96%) foi o de dívidas com empresas de cartão de crédito.

Inicialmente , 924 credores aderiram voluntariamente ao Desenrola, mas apenas 709 fizeram o processo de atualização das dívidas. Desse total, 654 participaram dos leilões. As empresas credoras estão agrupadas em nove setores: serviços financeiros; securitizadoras; varejo; energia; telecomunicações; água e saneamento; educação; micro e pequena empresa, educação.

Destinada à Faixa 1 do programa, a segunda etapa do Desenrola pretende beneficiar con-

sumidores com o nome negativamente que ganham até dois salários mínimos. Em tese, só poderão ser renegociadas dívidas de até R\$ 5 mil, que representam 98% dos contratos na plataforma e somam R\$ 78,9 bilhões. No entanto, caso não haja adesão suficiente, o limite de débitos individuais sobe para R\$ 20 mil, que somam R\$ 161,3 bilhões em valores cadastrados pelos credores na plataforma.

Identificação segura para acessar serviços públicos digitais, a conta Gov.br está disponível a todos os cidadãos brasileiros. O login tem três níveis de segurança: bronze, para serviços menos sensíveis; prata, que permite o acesso a muitos serviços digitais; e ouro, que permite o acesso a todos os serviços digitais.

As contas cadastradas exclusivamente com informações do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS) são consideradas nível bronze. Também tem esse nível o cadastro feito presencialmente nas unidades do INSS ou do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

As contas nível prata têm validação de uma dessas três fontes: biometria facial da carteira de motorista, cadastro Sigepe (no caso de servidores públicos) ou dados bancários de um dos 11 bancos conveniados ao Portal Gov.br (Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, BRB, Caixa Econômica Federal, Santander, Sicoob, Itaú, Agibank, Sicredi e Mercantil do Brasil).

Por fim, as contas validadas com biometria facial da Justiça Eleitoral ou por certificado digital compatível com ICP-Brasil passam a ter nível ouro de segurança.

Os contribuintes com contas nível bronze podem elevar o nível de segurança do login, ao fazer as validações que conferem níveis superiores. (Agencia Brasil)

Produção industrial cresce 0,4% de julho para agosto

A produção industrial do país cresceu 0,4% em agosto deste ano, na comparação com julho. O resultado veio depois de uma queda de 0,6% em julho. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada na terça-feira (3), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor apresentou alta de 0,5% na comparação com agosto de 2022. No entanto, ele soma quedas de 0,3% no acumulado do ano e de 0,1% no acumulado de 12 meses.

“Mesmo com o resultado de crescimento em agosto de 2023, a indústria permanece distante de recuperar as perdas do passado recente, estando, nesse momento, 1,8% abaixo do patamar pré-pandemia, ou seja, fevereiro de 2020, e 18,3% abaixo do ponto mais elevado da série histórica, que foi alcançado em maio de 2011”, disse o gerente da pesquisa, André Macedo.

Na passagem de julho para agosto, 18 dos 25 ramos industriais pesquisados pelo

IBGE apresentaram aumento na produção, com destaques para farmoquímicos e farmacêuticos (18,6%), veículos automotores, reboques e carrocerias (5,2%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (16,6%).

Entre as seis atividades em queda, os principais recuos ficaram com indústrias extrativas (-2,7%), produtos diversos (-8,0%), couro, artigos para viagem e calçados (-4,2%) e de metalurgia (-1,1%). Celulose, papel e produtos de papel integram um segmento que apresentou estabilidade no mês.

Na análise das quatro grandes categorias econômicas da indústria, três tiveram alta: bens de consumo duráveis (8%), bens de consumo semi e não duráveis (1%) e bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (4,3%). No sentido oposto, os bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo tiveram queda, de 0,3%. (Agencia Brasil)

Digitalização deve fortalecer SUS, diz secretária de Saúde

A secretária nacional de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde, Ana Estela Haddad, disse, na terça-feira (3), em São Paulo, ao participar do segundo dia do 1º Simpósio Internacional de Transformação Digital no SUS, que espera da digitalização do SUS (Sistema Único de Saúde) mais do que produtos para consumir e sim a transformação de um conceito de saúde digital que fortaleça princípios do sistema.

“Não é só a implantação dessa ou daquela tecnologia, mas de ser orientada pelas forças políticas e econômicas que fortaleçam a ideia de uma cultura e política em saúde que seja para todos, que seja inclusiva”, afirmou.

Para Ana Estela, essa transformação talvez seja hoje uma das ações mais estruturantes e necessárias para organizar os muitos bancos de dados que precisam começar a gerar mais informações.

“Então, é usarmos a inteligência artificial e a capacidade analítica que já se tem para poder processar e gerar informações estratégicas para a tomada de decisão. Sejam tomadas de decisão por processo de atenção à saúde, desde a promoção, prevenção, tratamento, reabilitação, mas também para vigilância e para prevenção de futuras emergentes sanitárias”, explicou.

Ela citou, ainda, a importância de fortalecer o processo de formação para transformação digital de todos os atores que participam desse processo, além de fomentar a pesquisa para inovação. “São todas as ações que têm uma transversalidade com tudo aquilo que o SUS e o Ministério da Saúde fazem”, acrescentou.

Ana Estela disse, também, que essa é uma ação estruturante para que toda a população possa se beneficiar e fa-

zer com que as tecnologias fortaleçam o processo de atenção, ampliando o acesso e melhorando a linha de cuidado e a continuidade do cuidado. “Isso porque em um modelo híbrido em que se usa a tela em saúde pode-se também estar mais próximo do paciente não só dependendo do transporte físico, da presença física”, avaliou.

A secretária considera que o processo está avançando rápido e que, em breve, será possível lançar o programa. “O que sentimos é isso. Nós tivemos ontem mais de 10 mil acessos remotos ao seminário, além dos 600 participantes presenciais. Assim, parece que está todo mundo muito atento e sensível a essa necessidade. Isso é muito bom, porque eu acho que vai nos fazer avançar mais rápido porque vamos trabalhar juntos”, destacou.

Momento especial

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, observou que o simpósio acontece em um momento especial porque 2023 foi um ano de reconstrução de muitas políticas e que todas elas vieram com uma visão não só de atualização, mas de sanar os grandes desafios que foram reforçados no cenário da pandemia de covid-19.

“Sejam desafios que se expressam tanto em determinações como as mudanças climáticas, mas que colocam também a questão da autonomia dos países na produção dos seus insumos de saúde, a visão da importância que a inovação tenha como fim o atendimento à superação das graves desigualdades como ocorrem no nosso país. Portanto, a inovação digital tem como foco o fortalecimento do nosso Sistema Único de Saúde, que está no centro da agenda de governo”, disse. (Agencia Brasil)

Fazenda lança programa para prevenir fraudes e corrupção de servidores

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, lançou na terça-feira (3), o Programa Faz Integridade, por meio de uma portaria. O plano é voltado a servidores públicos da pasta e propõe ações para prevenir fraudes, corrupção, assédio moral e demais desvios, em momentos da jornada dos funcionários como, por exemplo, na tomada de decisões, na publicação de pareceres, criação de soluções, destinação de recursos públicos, cumprimento das leis, prevenção de perdas, entre outros.

Haddad defendeu que a integridade do Ministério da Fazenda seja sempre preservada. “Noventa e novo virgula nove das pessoas se portam com a maior dignidade. E se, infelizmente, houver qualquer desvio indese-

jável e inaceitável, vai se seguir o padrão de conduta adequado, no sentido de apurar e responsabilizar todas as garantias que a lei prevê, mas, também, com rigor necessário, para que a integridade do Ministério da Fazenda seja sempre preservada e sempre enaltecida por cada um de nós.”

“O serviço público vem se aperfeiçoando ao longo dos anos. Mas, tudo faz crer que com essa nova ação, a gente mude de patamar. A nossa tarefa é sempre acumular forças, conhecimento, experiência para dar um salto de qualidade e poder entregar mais para o serviço público de qualidade.”

As ações estão focadas em combater e neutralizar desvios nos seguintes formatos:

- risco de fraude e corrupção;
- risco de desvio de função e de finalidade;
- risco de conflito de interesses;
- risco de disseminação indevida de informações;
- risco de desvio ético ou de conduta;
- risco de preconceito; e
- risco de assédio moral e sexual.

Durante a apresentação do programa, o chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda, Dany Andrey Secco, explicou que programas de integridade, de forma geral, devem representar esforços individuais e coletivos para que os órgãos e entidades entreguem políticas públicas de qualidade e, também, sirvam de

inspiração e referência para a construção de uma sociedade mais íntegra.

“Quando se trata de um programa de integridade é muito fazer para nada acontecer. Então, é muito trabalho a ser feito para construir essa cultura e evitar, ao máximo, os desvios”, resumiu a missão Dany Andrey Secco.

O programa lançado na terça-feira ainda estabelece estruturas e procedimentos para casos de desvios no serviço público. Entre esses instrumentos de resposta, estão: canais de acolhimento e de denúncias ativos e conhecidos; controles internos fortes e atuantes; e estruturas capacitadas e autônomas para responsabilizar os agentes infratores. (Agencia Brasil)

Ministério projeta superávit comercial recorde de US\$ 93 bilhões

O leve aumento de exportações e a diminuição no valor das importações de produtos cujos preços arrefeceram nos últimos meses fizeram o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) projetar superávit comercial (exportações menos importações) recorde em 2023. A terceira estimativa do ano prevê superávit de US\$ 93 bilhões, contra projeção anterior de US\$ 84,7 bilhões.

A projeção é atualizada a cada três meses. Caso se confirme, o superávit será 51,2% mais alto que o saldo positivo de US\$ 61,525 bilhões registrado em 2022, até agora o melhor resultado da história.

O saldo comercial deverá subir porque as importações cairão mais que as exportações em relação aos resultados de 2022.

O governo projeta exportar US\$ 334,2 bilhões em 2023, leve alta de 0,02% em relação aos US\$ 334,1 bilhões exportados pelo país no ano passado. Em contrapartida, as importações deverão atingir US\$ 241,1 bilhões, recuo de 11,5% em relação aos US\$ 272,6 bilhões comprados do exterior em 2022.

Em relação à projeção anterior, divulgada em julho, as exportações subiram US\$ 4,2 bilhões. A previsão para as importações caiu US\$ 4,1 bilhões. O subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior do MDIC, Herlon Brandão, atribuiu a revisão para cima do superávit comercial ao desempenho robusto das exportações, apesar da queda no preço de algumas commodities (bens primários com cotação internacional).

“Desde a primeira revisão [da

estimativa para 2023], já observávamos que seria um saldo robusto, recorde. Volumes crescentes [na exportação] fizeram com que resultado ficasse acima do esperado”, disse Brandão, ao ressaltar que este será o primeiro ano em que o Brasil registrará superávit comercial acima de US\$ 70 bilhões.

Em relação às importações, o secretário explicou que a queda se deve principalmente à redução da compra de bens intermediários. As importações de bens de capital (máquinas e equipamentos usados na produção) avançaram 9,9% no acumulado do ano. Em relação aos bens de consumo, as compras do exterior subiram 17,2%.

Segundo o MDIC, dois fatores estão por trás do saldo recorde em 2023. Por um lado, os

preços de commodities energéticas, como o petróleo, e de itens como fertilizantes estão em tendência de queda após atingirem um pico no início da guerra entre Rússia e Ucrânia. Por outro lado, a desaceleração da economia deve provocar queda nas importações, por causa da retração do consumo.

A guerra entre Rússia e Ucrânia tem impactado as importações nos últimos meses. Os preços internacionais dos adubos e dos fertilizantes caíram 50,4% em setembro, na comparação com o mesmo mês do ano passado. O preço médio dos combustíveis importados diminuiu 15,7% na mesma comparação. O preço médio do trigo, outro produto que o Brasil importa em grande quantidade, caiu 36,1%. (Agencia Brasil)

Paraná chega a 400 mil idosos empregados e bate recorde de ocupação nessa faixa etária

O Paraná atingiu a marca de 400 mil trabalhadores ocupados com 60 anos de idade ou mais no segundo trimestre de 2023 (abril a junho), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número é o maior da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O recorde anterior de ocupação nesta faixa etária no Estado tinha sido registrado no segundo trimestre de 2022, com 389 mil pessoas com 60 anos ou mais empregadas.

Na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o número de idosos ocupados era de 379 mil, houve um crescimento de 5,54%, segun-

do os dados do IBGE, o que representa a maior variação positiva em todas as faixas etárias registradas pela Pnad Contínua. O total de pessoas empregadas no Paraná no período, por exemplo, avançou 1,36%.

Com este crescimento, a participação dos idosos no total de trabalhadores do Paraná também chegou ao maior patamar histórico. De todas as pessoas com ocupação profissional no Estado, 6,9% têm 60 anos ou mais. Em 2012, quando a série histórica começou a ser registrada, a participação de idosos entre as pessoas empregadas era de 5,5%.

De acordo com os dados da Pnad Contínua, o Paraná tem a sexta maior população idosa do Brasil, com 1,8 milhão de pes-

soas com 60 anos ou mais, o que representa cerca de 15% da população total do Estado.

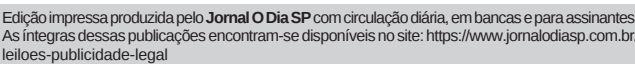
Os números refletem o cenário extremamente positivo do mercado de trabalho do Paraná, que registra atualmente uma taxa de desemprego geral de 4,9%, a menor em quase dez anos. Considerando apenas a faixa de pessoas com 60 anos ou mais, a taxa de desemprego é ainda menor, de 2,9%. No Paraná, os dois indicadores são melhores do que as taxas de desemprego nacionais, que estão em 8% para os trabalhadores em geral e em 3,4% para pessoas com 60 anos ou mais.

O diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

(Ipardes), Jorge Callado, destacou a importância de um mercado de trabalho com alta empregabilidade de idosos. “São profissionais com larga experiência e que sem dúvidas contribuem muito para o avanço econômico do Paraná, destacando-se em termos de produtividade e transmitindo conhecimentos aos mais jovens”, afirmou.

A Pnad Contínua aponta que o salário médio dos trabalhadores com 60 anos ou mais no segundo trimestre de 2023 foi de R\$ 3.421 por mês. O valor é 9% superior à média estadual de todas as faixas etárias, de R\$ 3.140, e está 1,1% acima da média nacional dos salários de idosos, que é de R\$ 3.383. (AENPR)

Lembre sempre de lavar as mãos



QUARTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2012

CNPJ/MF nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361
 Ratificação da Edital de Concurso

Retificação do Edital de Convocação
Assembleia Geral Extraordinária Publicada em 02 de Outubro de 2023

Retificação do Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária Publicado em 02 de Outubro de 2023

Ficam os senhores acionistas da Casa de Saúde Santa Rita S.A., localizada na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia"), cientes da presente retificação do Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, publicado em 2 e 3 de outubro de 2023 ("Edital"), para o fim de informar a data correta de celebração do conclave assemblear em referência. Onde se lê: "no dia 19 de outubro de 2023, às 10:00 horas", leia-se "no dia 16 de outubro de 2023, às 10:00 horas". As demais disposições permanecem inalteradas e o Edital fica retificado nos termos a seguir.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ficam os senhores acionistas da Casa de Saúde Santa Rita S/A, localizada na Rua Cubatã nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia"), convocados para se reunirem, no dia 16 de outubro de 2023, às 10:00 horas, em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social da Companhia, para: (I) examinar, discutir e votar a proposta, formulada pela diretoria, de aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 17.624.183,05, com a emissão de 1.762.418,305 novas ações;

ordinárias, nominativas e em valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,01 (um centavo), a serem integralizadas à vista no momento da subscrição; (ii) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação do item (i) da Ordem do Dia; (iii) aprovar a realização da 2ª emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie Quilografária, em série denominada "2ª Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografária", a qual será objeto de colocação privada, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografária, da 2ª (Segunda) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S/A"; (iv) aprovar o aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografária, da 1ª (Primeira) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S/A" ("1ª Emissão"), para prever a prorrogação da Data de Vencimento, conforme definido na 1ª Emissão; e (v) eleger o novo Diretor Financeiro da Companhia. Informações Gerais

Os dados aqui apresentados foram extraídos do Livro de Atas da Assembleia Geral Ordinária, a qual encontra-se à disposição para consulta na sede social da Companhia, nos termos do art. 133, §3º, da Lei nº 6.404/76. Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, bem como, se for o caso, a documentação societária comprovando os poderes do respectivo representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, n hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão ou nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia disponibiliza o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 4 de outubro de 2023. Wagner Cordeiro Marujo - Diretor Presidente.

CNPJ/MF nº 43.395.177/0001-47 - NIRE 35.3.0051772-5

Data, Hora e Local: No dia 1º de agosto de 2023, às 09:00 horas, na Assembleia Geral Extraordinária da **Educacional Cidade de São Paulo S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galero, nº 432/448, Tatuapé, CEP 03071-000 (“**Companhia**”). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto no Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alteração (“**Lei das Sociedades por Ações**”), em virtude da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Felipe Coragem Nogueira; Secretário: Luis Felipe Silva Bresnola. **4. Ordem do Dia:** (i) aprovar a concessão de fiança em favor terceiro; (ii) retificar a quantidade de ações do capital social da Companhia, com a consequente alteração artigo 5º do Estatuto Social; (iii) aprovar a alteração dos artigos 8 e 10 do Estatuto Social da Companhia; (iv) aprovar a consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias em ordem do dia, nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas presentes discutiram e deliberaram sobre o seguinte: (i) aprovar a concessão de fiança em favor terceiro; (ii) aprovar a concessão de fiança, pela Companhia, em favor de Barzel SP Fundo de Investimento Imobiliário CNPJ/MF nº 42.869.869/0001-17, como garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela sua controladora Cruzeiro do Sul Educacional S.A., no contexto do contrato de locação firmado entre a Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e a Barzel SP Fundo de Investimento Imobiliário, cujo objeto é a locação do imóvel localizado na Rua Cubatão, nº 320, pavimentos 3, 8 e 9, bairro Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 00412-919; (iii) retificar a quantidade de ações que compõem o capital social da Companhia, em razão de erro material identificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2018, conforme a registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em sessão de 14/04/2019, sob nº 154.549.919-3, onde constou-se 2.962.398 (dois milhões, novecentos e sessenta e duas mil, trezentas e noventa e oito) ações e aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação: “**Capítulo II. Do Capital Social. Artigo 5. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em bens e moeda corrente nacional, é, dividido em 55.882.398 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais), de RS em 2.262.398 (dois milhões, duzentos e sessenta e duas mil, trezentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal**”; (iii) aprovar a alteração dos artigos 8 e 10 Estatuto Social da Companhia, para exclusão do regime de co-presidência, alteração da composição da diretoria, alteração dos poderes da Diretoria, alteração da forma de representação da Sociedade e alteração da forma de outorga de procurações e garantias, pela Companhia, passando estes a vigorar com a seguinte redação: “**Capítulo IV - Da Administração: Artigo 8. A administração da Companhia será exercida por administradores, sendo a diretoria composta por cinco (5) membros, sendo três (3) não residentes ou não na país, eleitos pelo Conselho de Administração para um (1) mandato de dois (2) anos, residentes ou não no país, eleitos pelo Conselho e por eles destituíveis a qualquer tempo, sendo, necessariamente, (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Financeiro e Administrativo. Os candidatos para os cargos de Diretores deverão possuir comprovada qualificação técnica e experiência e reputação ilibada. (...) Artigo 10. Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, assim como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitando os limites previstos em Lei ou no presente Estatuto Social. (...) Parágrafo 2º - A representação da Companhia, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer terceiros e órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação da Companhia, serão atribuídos, sucessivamente, a: (i) o Diretor Presidente, quando não estiver exercendo obrigatoriamente praticados; (ii) por quaisquer 2 (dois) diretores em conjunto; ou (iii) por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador nomeado com poderes específicos, observado o disposto no parágrafo terceiro abaixo; ou ainda (iii) por 2 (dois) procuradores, observado o disposto no parágrafo terceiro abaixo**”.

[illegible]

CNPJ nº 05.508.946/0001-87 - NIRE 35.229.228.100.

Data: 08/02/2023, às 02 de outubro de 2023, às 12 horas. **Local:** na sede da sociedade, no Município de São Paulo/SP, na Rua Funchal, nº 538, 2º Andar, Sala 12, Vila Olímpica, CEP 04551-060. **Presença:** **Zak Desenvolvimento de Software Ltda.**, única sócia quotista representando a totalidade do capital social. **Convocação e Publicação:** foram dispensadas a convocação e a publicação, em razão da presença da sócia que representa a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1.072, parágrafo 2º, do Código Civil. **Mesa:** Presidida pelo Sr. **Andres Xavier Andrade Andrade** e secretariada pela Sr. **Thiago Stevanato Rodrigues**. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da empresa em R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), passando de R\$ 15.370.210,00 (quinze milhões, trezentos e setenta mil, duzentos e dez reais) para R\$ 14.870.210,00 (catorze milhões, oitocentos e setenta mil, duzentos e dez reais) por ser considerado elevado para a prática do seu objeto social, nos termos dos artigos 1.082, II e 1.084 do Código Civil Brasileiro. **Deliberações:** A quotista aprovou a redução do capital social da empresa, conforme proposto no **Ordem do Dia**. **Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada e a presente ata lavrada, lida, conferida e devidamente assinada. **Sócia Presente:** **Zak Desenvolvimento de Software Ltda.**, representada na forma de seu Contrato Social. **Sr. Andres Xavier Andrade Andrade** - Presidente da Mesa; **Sr. Thiago Stevanato Rodrigues** - Secretário da Mesa. **Zak Desenvolvimento de Software Ltda.** - Pp. **Andres Xavier Andrade Andrade.**

CNPJ nº 39.565.194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2023

Data/hora/local: 31/08/2023, 14hs, por votação eletrônica. **Convocação e Presença:** Dispensada a manifestação dos Srs. Gibrán Vela Barrios, Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, André Cimerman, João Carlos Amesto, Sérgio Eduardo Arbúlu Mendonça e Vítor Emanuel Marchetti Ferraz Junior.

Mesa: Gibrán Vela Barrios, Presidente; **Patricia Santina**, Secretária. **Deliberações aprovadas:** (i) 019 Aditivo ao Termo de Acordo entre a Caixa Capitalizadora (CNPJ: 38.155.804/0001-32) e XSE Assistência S.A. - Parte Relacionada, conforme condições apresentadas no Relatório Extermo – RED nº 042/2023 e anexos, da Diretoria Técnica e de Produtos. Nada mais. Barueri, 31/08/2023. JUCESP nº 376.827/23-3 em 21/09/2023.

Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

NPJ/ME nº 39.565.194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/08/2023
Data/hora/local: 18/08/2023, 17hs, por votação eletrônica. **Convocação e presença:** Dispensada. Presentes as acionistas que representam a totalidade do capital social. **Mesa:** Sra. Claudia Ramos de Oliveira (Diretora presidente; Sr.^a Patrícia Santana, secretária). **Deliberações aprovadas:** (i) A destituição, a partir desta data, da Sra. **Agata Janjacom de Siqueira** e do Sr. **Flávio Eduardo Wanderley Britto**, dos cargos de membros titulares do Conselho de Administração. Aos Conselheiros ora destituídos, a Companhia agradece pelos serviços prestados. (ii) Eleger, como membro titular do Conselho de Administração da Companhia, para complementação do mandato em curso, até 04/01/2025: **como titular designado pela acionista Caixa Seguridade Participações S.A., Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça**, brasileiro, economista e eleger e como membro titular do Conselho de Administração da Companhia, para complementação do mandato em curso até 04/01/2025: **como titular designado pela acionista Caixa Seguridade Participações S.A., Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior**, brasileiro, professor universitário, ambos residentes e domiciliados em Brasília/DF. Os membros do Conselho de Administração tomam posse mediante a assinatura do termo de posse. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. Nada mais. Baurerri, 18/08/2023. JUCESP nº 352.015.23/8 em 01/09/23. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CNPJ/MF nº 43.395.177/0001-47 - NIRE 35.3.0051772-5

[illegible]

Parágrafo 3º - As procurações outorgadas em nome da Companhia serão necessariamente firmadas por: **Artigo 11** - Os membros do Conselho Fiscal deverão ser nomeados por eleição direta por **Parágrafo 3º** Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano. Para fins de representação judicial ou para fins de representação perante repartições aduaneiras, Receita Federal, Secretarias Estaduais da Fazenda, Prefeituras, INSS, FGTS, Delegacias Regionais do Trabalho, Delegacias de Polícia, órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada de forma isolada, por qualquer Diretor ou qualquer procurador, desde que devidamente constituído na forma deste Estatuto Social. Apenas as procurações para fins de representação judicial serão outorgadas sem limitação do prazo de validade. **Parágrafo 4º** - Não é permitida o uso da denominação social em documentos de favor e estranhos aos objetivos sociais, tais como, contratos de fiança, avalis ou endossos a terceiros, salvo em benefício de sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Sociedade no curso normal de seus negócios. **Parágrafo 5º** - Quaisquer atos praticados em nome da Companhia que tenham por objeto a realização de operações de crédito, empréstimo ou relacionadas a negócios ou transações estranhas ao objeto social, são expressamente proibidos e devem ser considerados nulos e ineficazes em relação à Companhia. **Capítulo IV - Conselho Fiscal: Artigo 11** - A Companhia deve ter um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que será instalado nos exercícios fiscais mediante deliberação dos acionistas, de acordo com a lei aplicável. **Artigo 12** - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pela assembleia geral, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho Fiscal serão pessoas físicas residentes no Brasil, os quais não poderão ser acionistas ou administradores da Companhia e devem preencher todos os requisitos legais para ocupar o cargo, inclusive qualificação profissional mínima, conforme requerido pela Lei das Sociedades por Ações e suas subsequentes alterações. **Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho Fiscal devem tomar posse no primeiro dia de janeiro de cada ano, devendo ser substituídos, no caso de ausência, por aqueles que forem nomeados em seus cargos até a eleição de sucessores. **Capítulo V - Demonstrações Financeiras: Reservas e Dividendos: Artigo 13** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos previstos na legislação aplicável. **Artigo 14** - Do lucro líquido deverão ser deduzidos, antes de qualquer participação, as perdas acumuladas, se houver, e qualquer provisão do composto de renda ou contribuição social sobre os lucros. Os lucros líquidos deverão ser alocados na forma dos parágrafos deste artigo. **Parágrafo 1º** - Do lucro líquido do exercício social será deduzido: (i) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e (ii) O montante correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório e distribuído por deliberação da assembleia geral. **Parágrafo 2º** - O saldo do lucro líquido remanescente após as deduções previstas no parágrafo anterior, acima será alocadas de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 3º** - Os lucros líquidos não distribuídos serão apropriados para dividendos intercalares ou intermediários sobre a reserva de lucro ou reserva de lucros acumulados, os quais, se distribuídos, poderão ser atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório acima mencionado. **Parágrafo 4º** - Observado o limite máximo de distribuição de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício exercido e a política de dividendos aprovada pelos acionistas, a Companhia poderá distribuir dividendos trimestralmente ou em períodos mais longos, a critério da Assembleia Geral, com base nas últimas demonstrações financeiras levantadas para este fim. **Artigo 16** - Por meio de proposta da Diretoria, após referendado da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital não pago, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável. **Artigo 17** - Reverter em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 12 (doze) meses contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VI - Dissolução: Artigo 22** - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado qualquer acionista signatário ou administrador vinculado a acordo de acionistas devidamente arquivado em sua sede social, que por qualquer em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em acordos de acionistas devidamente arquivados na sede social da Companhia, se aplicável.

CNPJ/ME nº 43.562.306/0001-44 - NIRE 35.300.577.16

Ficam os senhores acionistas **UPP HOLDING S.A.** ("Companhia") convocados a comparecer a assembleia geral extraordinária que será realizada às **09h30 horas** da manhã do dia 20 de outubro de 2023, em primeira convocação, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Férrez, 250, 11º andar, conjunto 1106, Edifício Flí Office, Vila Olímpia, CEP 04552-040, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e da cláusula 11 do estatuto social da Companhia, para deliberar sobre a proposta de emissão de debêntures, de emissão privada, conversíveis em ações. A Companhia esclarece que para participação na assembleia geral extraordinária, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar, o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A. Os documentos necessários à participação dos acionistas estarão disponíveis para consulta na sede social da Companhia, a partir do dia 09 de outubro de 2023.

CNPJ nº 09.376.319/0001-90 - NIRE 35.221.990.428

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DE 20/02/2023
Data, Hora e Local: A Assembleia Geral Ordinária da Companhia foi convocada e realizada em 20/02/2023, às 14h30min, no endereço: Rua Santa Rafaela, 215, 1º andar, Centro, São Paulo/SP. Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença dos sócios representando a totalidade do capital social. **Deliberações:** Após a discussão da ordem do dia, os sócios, por unanimidade e sem quaisquer restrições, aprovaram: (i) a ratificação da Ata de Reunião dos Sócios da Sociedade, realizada em 21/09/2023 ("Ata"), a fim de afetar a redação da deliberação da redução proporcional de capital social, de modo a corrigir o valor da redução para R\$ 44.190.890,00, em vez de R\$ 44.190.890,00, enquanto que o correto é que a redução poderá ser de até R\$ 44.190.890,00; e (ii) a ratificação de todas as demais deliberações da Ata. Ficam os administradores da Sociedade autorizados a tomar todas as providências necessárias à efetivação da redução do capital ora ratificada, no prazo transcorrido pela lei, legal de 90 dias para oposição de credores. SP, 20/02/2023. **Membros da Diretoria:** Fernando de Azevedo, Presidente; Rafaela Elias da Silva, Diretora. **Membros do Conselho:** MSREF VII Global Canteiro e MSREF VII Global Encore LLC.

[illegible]

JUZAL DE CITAÇÃO expedidos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 104772-68/2022, às 09:10:00 (A/C) MM. JUIZ(A) de Direito do 2º Vara de Registros Públicos do Foro Central Civil - São Paulo (SP). E(A) PALOMA MOREIRA DE SOUZA CARVALHO, na forma da Lei nº 421, de 1955 (Lei do Sínodo) do Edifício Cantareira Palace, Avenida Castanho Molentino, nº 100, bairro Vila Mariana, cidade de São Paulo, SP, inscrita no CNPJ nº 06.940.458/0001-00, inscrita no CPF nº 030.909.448-00, inventariante, réus ausentes, onerosos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Vem pela Carta do Promotor Figueiredo e Carlos Duarte Batista Dias autuou(ram) ação de USUCAPIÃO visando declaração de propriedade definitiva em nome próprio dos bens descritos no rol anexo, para fins de registro em nome próprio, pelo prazo de 15 (quinze) anos, Substituto do Tucuruí, São Paulo - SP, CEP 02335-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação desta decisão, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato. O presente edital será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.94

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 366ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)**

[illegible]

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE: 35.300.340.94

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE SR - DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 98ª série, da 4ª emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.69.541/0001-08 ("CRI", "**Titulares de CRI**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 98ª Série da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização*", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) em 17 de abril de 2023 ("**Termo de Securitização**"), a reunirem-se em Assembleia de Titulares de CRI ("AGCRI"), que se realizará, em primeira convocação, no dia **26 de outubro de 2023, às 16 horas** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sob o endereço eletrônico <https://www.microsoft.com/pt-br/teams>, para deliberar sobre os assuntos constantes no Anexo II do Material de Apoio, nos termos desta Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2022 ("**Resolução CVM 60**"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia:

1. Aprovar que, para qualquer venda das unidades constantes no Anexo II do Material de Apoio, todos os objetos de voto na presente data e, portanto, consideradas como Unidades em Estoque, nos termos da cláusula 1.1 do Termo de Securitização, os recursos equivalentes às vendas das Unidades Distratadas serão repassados para a Conta de Livre Movimentação, comprometendo-se a Devedora a utilizá-lo para arcar com o valor do respectivo distrato devidamente atualizado, conforme indicado no Anexo II do Material de Apoio, observando o fluxo financeiro estabelecido na receita da referida unidade, sendo certo que os recursos decorrentes das novas vendas das Unidades Distratadas serão transferidos para a Conta do Patrimônio Separado, bem como serão consideradas para fins de cálculo da Razão Mínima de Cobertura, conforme estabelecido no Anexo II do Material de Apoio;

2. Aprovar a não realização do Vencimento Antecipado da CRI e, conseqüentemente, dos CRI, nos termos da cláusula 7.1 da CRI, em razão do não envio, pela Devedora, dos seguintes documentos: (i) demonstrações financeiras semestrais não auditadas e anuais auditadas e as demais demonstrações contábeis exigidas em leis, da Devedora referente ao exercício social de 2021, 1º semestre de 2022, exercício social de 2022 e primeiro semestre de 2023, conforme obrigatoriedade disposta na cláusula 5.1, alínea (2) da CRI e declaração de imposto de renda das Avalistas previstas para 31 de maio de 2022 e 31 de maio de 2023, cláusula 5.1, alínea (bb) da CRI; (ii) relatório de vendas das Unidades em Estoque realizadas nos meses de abril e maio de 2023, nos termos da cláusula 8.1, alínea (p) da CRI; (c) relatório de destinação de recursos referentes ao primeiro e segundo semestres de 2021, primeiro e segundo semestres de 2022 e primeiro semestre de 2023; e (d) apresentar o Habite-se do Empreendimento, conforme previsto na cláusula 7.1, alínea (ee) da CRI, bem como a concessão do prazo adicional de 90 (noventa) dias contados da data de aprovação em Assembleia de Titulares de CRI, conforme disposto no Anexo II do Material de Apoio;

3. Deliberar sobre os assuntos constantes no Anexo II do Material de Apoio, observando o fluxo financeiro estabelecido nas deliberações dos Titulares dos CRI em Circulação até disponível (ii) no site da Emissora: www.virgo-inc.com e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br, bem como ser disponibilizado aos Titulares dos CRI em Circulação que solicitarem à Emissora. A Emissora devida registrada, para fins de esclarecimento, que a primeira convocação da AGCRI se instala com 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, conforme cláusula 12.8 do Termo de Securitização. Quanto ao quórum de deliberação, os itens 1 e 2 da ordem do dia está aprovado por 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em Circulação em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, conforme previsto na cláusula 12.14, alínea (vii) do Termo de Securitização. A AGCRI será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para titulares@virgo-inc.com e rdg@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, os Documentos da Representação e o Documento de Representação, e a Emissora, para os Titulares de CRI em Circulação, para os Titulares da AGCRI, considerará-se "Documentos de Representação" - **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular de CRI; **cópia representado** por **procurador** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **cópia representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do

STF condena mais três réus por envolvimento nos atos de 8 de janeiro

Comissão aprova projeto que proíbe contribuição sindical obrigatória

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou na terça-feira (3) o Projeto de Lei (PL) 2.099/2023 que proíbe a cobrança obrigatória de contribuição sindical. O texto agora segue para votação na Comissão de Assuntos Sociais.

Em parecer, o relator, senador Rogério Marinho (PL-RN), define que os sindicatos estão impedidos de recolher contribuição sem autorização prévia do empregado ou profissional liberal, sindicalizado ou não.

A cobrança pode ser feita uma única vez ao ano e somente por meio de acordo ou convenção coletiva, garantido o direito do empregado de se opor ao pagamento. O trabalhador pode desistir da oposição e pagar a contribuição a qualquer tempo.

“Assistimos a um festival de arbitrariedades cometidas por alguns sindicatos, que podem ser generalizados caso não tenhamos a possibilidade de regulamentar essa situação. Salário é verba de natureza alimentar. Você deveria ter o arbítrio de determinar se deve ou não permitir o rateio com uma entidade que eventualmente você considere importante para sua vida laboral”, argumenta Rogério Marinho.

O líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), fez

críticas aos efeitos do projeto no funcionamento das organizações representativas dos trabalhadores. Ele citou que sindicatos patronais fazem recolhimento compulsório de contribuições.

“Não me consta que nenhum empresário pague a contribuição do Sistema S e não bote na sua planilha de custo. Sai do bolso do trabalhador. Isso é parte do Custo Brasil, mas nisso não se mexe. Quem está pagando é o trabalhador, que sustenta o sistema sindical patronal. Enquanto essas coisas não se equipararem, não se pode pedir que alguém tenha uma arma, e o outro entre nessa batalha desarmado”, afirmou.

Antes de 2017, a contribuição sindical era obrigatória, até mesmo para empregados não sindicalizados. Com a reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017), essa contribuição passou a ser facultativa para os não sindicalizados.

Em setembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu ser institucional a contribuição para não associados em caso de acordo, convenção coletiva ou decisão judicial. Porém, o STF considera que o empregado não é obrigado a pagar, desde que manifeste expressamente a oposição. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

Conheça seus Direitos

Regulamentação dos Jogos de Azar e Fantasy Games

Por Nicholas Maciel Merlone

Muitos países regulamentam os jogos de azar. Aqui, por terras brasileiras, não pode ser diferente. O Instituto Jogo Legal, como exemplo, previu numa apresentação na Câmara dos Deputados, que os jogos ilegais movimentaram aproximadamente 19 bilhões de reais por ano, ainda em 2016. Ora, com razão, os jogos podem ser uma rica fonte para o orçamento público. Além disso, abordaremos aqui também brevemente os Fantasy Games.

Sim. Com a regulamentação dos jogos de azar, seria possível investir em: 1) seguridade social (saúde, previdência e assistência); 2) educação e cultura; 3) preservação do meio ambiente; 4) saneamento básico; 5) moradia popular; 6) infraestrutura; 7) pesquisa, ciência e tecnologia; 8) segurança pública; 9) turismo; e 10) transporte (metrô, trens, estradas, aeroportos e portos). Apenas, alguns exemplos.

Daí a relevância do marco regulatório dos referidos jogos. Daí também, como visto, a relevância do crescimento da receita via tributo, que pode ser aplicada em benefício da sociedade. Ainda, destaco a importância de tratar do assunto em conjunto com a reforma tributária.

Igualmente, importa direcionar parte do montante para o tratamento de pessoas viciadas em jogos. Além disso, é necessária uma fiscalização permanente e uma regulamentação séria, bem como uma atuação preventiva, para a efetividade da lei.

O projeto do marco legal sugere a instituição de um Sistema Nacional de Jogos e Apostas. Tal iniciativa é bem-vinda e deve ser vista com bons olhos. Com razão, é preciso uma autoridade a nível federal, para tratar dos assuntos inerentes aos jogos. Porém, para tanto, é necessário regulamentá-la, definir seus objetivos, para evitar irregularidades.

Quanto aos fantasy games, cabe trazer reflexões de Victor Targino, advogado desportivo, em discurso no Senado Federal.

Targino, consultor jurídico do Instituto de Direito Desportivo, mencionou estudos acadêmicos e decisões judiciais de países como Índia e Estados Unidos para defender que os *fantasy game* não se confundem com os jogos de azar.

“Os *fantasy games* não se assemelham às apostas. São uma figura própria porque são absolutamente dependentes da habilidade do jogador. Isso é muito bem-vindo no projeto de lei. Os primeiros *fantasy games* começaram a ser populares nos Estados Unidos na década de 1930, ligados ao baseball. Eram jogos de cartas, eram jogos físicos. Só o meio que mudou, mas o jogo já existia. O jogo depende de habilidade para ganhar. Esse paralelo entre habilidade e sorte torna ambas as figuras inconfundíveis” — ponderou.

Finalmente, tanto jogos de azar como fantasy games devem fazer parte do cotidiano brasileiro. Com efeito, as receitas públicas aumentarão e poderão ser aplicadas em prol do bem-estar social.

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmmmerlone / C o n t a t o : nicholas.merlone@gmail.com



O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou mais três réus por envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro, quando as sedes do Três Poderes foram invadidas e depredadas em Brasília. Moacir José dos Santos foi condenado a 17 anos de prisão em regime inicial fechado, João Lucas Vale Giffoni, a 14 anos de prisão e Davos Baeck, a 12 anos de reclusão.

Os casos foram julgados no plenário virtual, no qual os ministros têm um período para votar remotamente, sem deliberação presencial. Todos os réus foram acusados pela Procuradoria-Geral da República pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e depredação de patrimônio tombado.

Apenas no caso de Davis Baeck houve absolvição dos crimes de dano qualificado e depredação de

patrimônio. Os demais foram condenados por todos os crimes.

Prevaleceu, ao final, o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes. Ele foi seguido por Edson Fachin, Rosa Weber, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. Os ministros Cristiano Zanin e Luís Roberto Divergiram em parte, absolvendo alguns dos condenados em relação a crimes específicos.

Já o ministro Nunes Marques, revisor das ações penais, votou pela condenação apenas pelos crimes de deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado pela violência e grave ameaça, absolvendo os acusados dos demais crimes. André Mendonça também votou por sentenças bem menores que a do relator, ficando vencido.

Duas outras ações penais, envolvendo as rés Jupira Silvana da Cruz Rodrigues e Nilma Lacerda Alves, tiveram o julga-

mento suspenso por um pedido de destaque do ministro André Mendonça.

João Lucas Valle Giffoni mora em Brasília e foi preso em flagrante pela Polícia Legislativa dentro do Congresso Nacional. No processo, a defesa de Giffoni sustentou que ele não participou da invasão do prédio e entrou no Congresso para fugir das bombas de gás lacrimogêneo. A defesa acrescentou que ele não apoia atos antidemocráticos e de vandalismo.

A defesa de Moacir José dos Santos, de Cascavel (PR), preso no Palácio do Planalto, disse que o réu veio a Brasília para participar de uma manifestação “ordeira e pacífica”, não aderiu aos atos de depredação, nem portava qualquer tipo de armamento e que entrou no prédio para se proteger.

Davis Baek, morador de São Paulo, que foi preso na Praça dos Três Poderes, portava dois ro-

jões, cartuchos de gás lacrimogêneo, uma faca e um canivete. A defesa sustentou que ele não participou da depredação.

Jupira Silvana da Cruz Rodrigues vive em Betim (MG) e foi presa no interior do Palácio do Planalto. Os advogados de Jupira afirmaram que “não há nenhuma evidência” de que ela tenha participado da depredação. Segundo a defesa, ela chegou à Esplanada dos Ministérios após o início da depredação e entrou no Palácio do Planalto para se proteger das balas de borracha e do gás lacrimogêneo lançados contra os manifestantes que estavam do lado de fora.

Nilma Lacerda Alves, de Barreiras (BA), também foi presa no Palácio do Planalto. A defesa declarou que a ré não participou das depredações e sustentou que não há provas no processo para justificar a condenação. (Agência Brasil)

Sobe para 23 total de cidades em situação de emergência no Amazonas

Chega a 23 o número de municípios em situação de emergência no Amazonas em razão da forte seca que atinge o estado. O balanço consta de boletim do Comitê de Intersetorial de Enfrentamento à Situação de Emergência Ambiental.

Dos 62 municípios amazonenses, 35 cidades estão em situação de alerta, duas em atenção e duas em normalidade. Além dos decretos municipais, o governador Wilson Lima decretou situação de emergência em 55 municípios amazonenses afetados pela estiagem.

A Secretaria de Educação retomou o programa Merenda em Casa, criado durante a pandemia de covid-19. É para atender estudantes impactados pela estiagem que, segundo a secre-

taria, já chegam a 2,2 mil alunos da rede estadual de ensino das áreas rurais que não conseguem ter acesso às escolas.

“Até o momento, são mais de 120 comunidades rurais afetadas nas cidades de Alvarães, Amaturá, Benjamin Constant, Careiro da Várzea, Envira, Itacoatiara, Manacapuru, Manaquiri, Novo Aripuanã, Parintins, Tefé e Tonantins”, informou a pasta.

A previsão da Secretaria de Educação é finalizar, nas próximas duas semanas, a entrega de kits alimentares do Merenda em Casa. Na terça-feira (3), foram feitas entregas em Careiro da Várzea e Novo Aripuanã; na quarta-feira (4), em Amaturá e Tefé; em Benjamin Constant, Manaquiri e Tonantins na quinta-feira (5); e Alvarães, Envira e Parintins

na sexta-feira (6).Na segunda-feira, as entregas foram feitas em Itacoatiara e Manacapuru.

O kit do Merenda em Casa é composto por 12 itens, que integram a alimentação que os estudantes receberiam nas unidades de ensino: arroz, feijão, sardinha, macarrão, leite integral, farinha de tapioca, farinha de mandioca, açúcar, aveia, óleo, biscoito salgado e biscoito maizena.

O programa também vai beneficiar 59 estudantes da rede estadual, que moram na Comunidade do Arumã, em Beruri, afetados pelo deslizamento de terra ocorrido no último sábado (30).

Chegaram na segunda-feira (2) a Manaus mais 23 agentes do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), do Instituto Bra-

sileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Eles contribuirão para as ações em curso do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, especialmente no combate às queimadas na Região Metropolitana de Manaus.

Segundo o governo do Amazonas, a ação prioritária será a extinção de um incêndio que ocorre na margem direita do Rio Negro, no distrito de Cacau Pirêra, em Iranduba, a 27 km da capital.

Ao todo, mais de 40 bombeiros estão atuando para combater as chamas. Nesta terça-feira, está prevista a realização de um sobrevoo, “para reconhecimento aéreo do terreno, a fim de traçar as melhores estratégias de combate” a ser feito pelos bombeiros, disse o governo. (Agência Brasil)

Fiocruz manifesta preocupação quanto à aprovação do PL dos Agrotóxicos

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) manifestou na terça-feira (3) sua preocupação quanto aos possíveis prejuízos para o ambiente e à saúde da população se o projeto de lei (PL) 6.299/2002, conhecido como o PL do Veneno, for aprovado no Senado.

Está prevista para esta quarta-feira (4) a votação pelos senadores do projeto que modifica as regras de aprovação e comercia-

lização de agrotóxicos, produtos usados no setor agrícola para proteção e aumento das produções, mas que têm potencial de prejuízo a saúde humana e animal. O PL tramita no Congresso Nacional desde 1999.

O comunicado foi elaborado por pesquisadores que compõem o Grupo de Trabalho Agrotóxicos e Saúde da Fiocruz. O grupo foi criado em fevereiro de 2022 para proposição e

acompanhamento de políticas públicas, desenvolvimento técnico científico e demandas dos movimentos sociais para a promoção, proteção e o cuidado da saúde humana, animal e dos ecossistemas, frente aos efeitos nocivos dos agrotóxicos.

Dentre os retrocessos destacados pela Fiocruz estão a ameaça à função histórica dos ministérios da Saúde e do Meio Ambiente sobre a regulação dos

agrotóxicos, enfraquecendo o poder de decisão sobre o registro desses agentes; a permissão da exportação pelo Brasil de agrotóxicos sem registro e cujo uso é proibido em nosso país; e manutenção do conceito de risco que abre possibilidades, por exemplo, do registro de agrotóxicos que causem câncer pois pequenas doses podem gerar danos irreversíveis à saúde das pessoas. (Agência Brasil)

Novo modelo de passaporte começa a ser emitido pelo governo

O novo modelo de passaporte brasileiro começa a ser entregue nesta semana pela Polícia Federal (PF). O documento de identificação do viajante brasileiro é fabricado em parceria com a Casa da Moeda e ganhou mais itens de segurança, que dão maior garantia de autenticidade e dificultam a falsificação.

Segundo a PF, os novos itens de segurança incluem tecnologias de impressão e marca d'água aprimoradas, elementos de segurança holográficos, fio de segurança, chip eletrônico,

foto com inserção de elemento codificado (alphanumeric coded image) e outros recursos de proteção contra falsificações.

Os solicitantes que compareceram ao posto da Polícia Federal desde a última sexta-feira (29) já receberão o novo modelo. Não haverá alteração do valor da taxa de emissão de passaporte, atualmente em R\$ 257,25.

“O novo passaporte de viagem chega com a proposta de se tornar um cartão de visitas do cidadão brasileiro para o mundo. O documento é temático e

homenageia todas as regiões do Brasil por meio de ícones representativos dos biomas e da cultura de cada local”, destacou a PF, em nota.

O serviço de emissão e renovação de passaportes está funcionando normalmente em todo o país. O prazo para entrega do documento, após o atendimento, é de 6 a 10 dias úteis. As informações sobre a etapas e documentos necessários para a solicitação do passaporte podem ser consultadas na página da PF na internet.

A nova versão do passaporte

brasileiro foi premiada pela High Security Printing como “o melhor novo passaporte em 2023 para a América Latina”. Entres os destaques, está a “notável e sofisticada técnica do documento de viagem promovendo o que há de melhor em infraestrutura de sistema e implementação de passaporte governamental”.

Os consulados e representações brasileiras no exterior começarão a emitir os novos passaportes a partir do primeiro trimestre de 2024. (Agência Brasil)

Decisão inviabiliza investigação de ex-PRF, lamenta relatora da CPMI

A relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do dia 8 de janeiro, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), criticou na terça-feira (3) a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques que suspendeu as quebras de sigilos do ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques.

Após tomar conhecimento da decisão durante a sessão de hoje da comissão, Eliziane destacou que a liminar inviabiliza as investigações sobre a atuação do ex-diretor da PRF.

“A decisão impede que esta comissão, ao final dos trabalhos, use absolutamente tudo referente ao ex-diretor da PRF Silvinei

Vasques. Não é um recorte de alguma decisão, não é questionar alguma coisa que estivesse fora do escopo da CPMI. Ela anula por completo todo um processo de investigação que nós levamos aqui meses a fio”, lamentou.

Eliziane acrescentou que, caso decisões como essa se repetam, elas acabariam “com esse instrumento legislativo, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito”. A relatora pediu, ao menos, que o ministro submeta sua decisão monocrática ao Plenário da Corte.

“Nós precisamos sentar e procurar remédios constitucionais para que essa decisão não possa ser repetida e, ao mesmo tempo aqui, solicitar que o mi-

nistro Nunes Marques cumpra também um princípio constitucional que é de remeter essa decisão à turma ou ao Pleno”, finalizou.

O presidente da CPMI deputado federal Arthur Maia (União-BA) disse que não cabe a ele fazer juízo de valor da decisão do ministro, mas opinou que os presidentes da Câmara e do Senado devem ingressar com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no STF para definir regras para os poderes das CPIs.

“Através de uma ADPF estabelecer com clareza quais são os poderes da CPMI e quais são os limites que o Supremo Tribunal tem para estabelecer cer-

ta regra para os poderes da CPMI”, afirmou.

O deputado federal Filipe Barros (PL-PR) da oposição elogiou a decisão do ministro Nunes Marques. Para ele, a comissão tem quebrado sigilos para procurar provas ou indícios que ainda não foram revelados.

“Óbvio que alguns parlamentares se utilizaram desta CPMI e de requerimentos de quebra de sigilo para tentar fazer a pesca de provas, quebra de sigilo desde 2018 - qualquer coisa que acham, utilizam politicamente. Então, era óbvio que essa decisão do ministro Nunes Marques viria, e veio corretamente”, finalizou. (Agência Brasil)